

BALANÇO PATRIMONIAL 2018

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA • SICOOB CREDIRIODOCE

DATA DA CONSTITUIÇÃO: 24 de Outubro de 1988
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES: 16 de maio de 1989
AUTORIZAÇÃO BACEN: 44.9437/88

REGISTRO NA JUCEM: 31400003690 de 13 de Fevereiro de 1989
CNPJ.: 25.606.237/0001-41

REGISTRO NA OCEMG/OCB: 697 de 11 de Setembro de 1989
DATA DE AUTORIZAÇÃO DA LIVRE ADMISSÃO: 23 de Novembro de 2005



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2018 da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2018 o SICOOB CREDIRIODOCE completou 29 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos e soluções voltadas para produtos e serviços.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2018, o SICOOB CREDIRIODOCE obteve um resultado de R\$ 6.360.481,49 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12,18%.

3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 139.679.086,11. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 144.500.388,45.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira	Valor (R\$)	Porcentagem
Carteira Rural	R\$ 37.911.111,99	26,24%
Carteira Comercial	R\$ 106.589.276,46	73,76%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 32,68% da carteira, no montante de R\$ 47.224.241,48. O parâmetro utilizado nas instituições financeiras é de que a soma das dívidas dos 20 maiores devedores não exceda 50% do total das operações de crédito brutas.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$ 200.564.061,30, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 14,30%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósito	Valor (R\$)	Porcentagem
Depósitos à Vista	R\$ 61.518.849,12	30,67%
Depósitos a Prazo	R\$ 133.916.625,66	66,77%
LCA	R\$ 5.128.586,52	2,56%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 23,22% da captação, no montante de R\$ 46.179.653,09. O parâmetro utilizado nas instituições financeiras é de que a soma dos recursos dos 20 maiores depositantes não exceda 50% do total de depósitos.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIRIODOCE era de R\$47.510.412,00. O quadro de associados era composto por 18.859 cooperados.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIRIODOCE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 85,44% nos níveis de "A" a "C".

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda uma área de Controles Internos, supervisionada diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditoria externa (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC), que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. CONSELHO FISCAL

Eleito na Assembleia Geral Ordinária (AGO) 2017, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função de fiscalizar, assídua e minuciosamente à Administração da Cooperativa. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIRIODOCE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a Ouvidoria do SICOOB CREDIRIODOCE registrou 50 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas

e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

As reclamações consideradas procedentes foram resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições e ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Governador Valadares (MG), 06 de fevereiro de 2019.

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. - SICOOB CREDIRIODOCE

Cantídio Carlos França Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Décio Chaves Rodrigues
Vice Presidente do Conselho de Administração

Fernando Luiz Monteiro
Conselheiro de Administração

Geraldo Antônio Birro Costa
Conselheiro de Administração

José Geraldo Pedra Sá
Conselheiro de Administração

Paulo Roberto Fontes
Conselheiro de Administração

Euler Fernandes Júnior
Diretor Executivo

Silas Dias Costa Júnior
Diretor Executivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

EM REAIS

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		212.602.460,65	182.434.802,40
Disponibilidades		2.133.560,27	1.388.698,74
Relações Interfinanceiras	4	139.679.086,11	116.087.180,39
Centralização Financeira - Cooperativas		139.679.086,11	116.087.180,39
Operações de Crédito	5	64.211.669,80	59.742.308,26
Operações de Crédito		74.993.742,75	70.614.483,93
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(10.782.072,95)	(10.872.175,67)
Outros Créditos	6	1.671.422,47	1.645.014,24
Créditos por Avais e Fianças Honrados		425.839,50	570.918,25
Rendas a Receber		764.160,53	673.260,41
Diversos		748.866,91	798.789,17
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(267.444,47)	(397.953,59)
Outros Valores e Bens	7	4.906.722,00	3.571.600,77
Outros Valores e Bens		4.854.308,56	3.405.375,31
(Provisões para Desvalorizações)		(175.800,00)	(50.000,00)
Despesas Antecipadas		228.213,44	216.225,46
Realizável a Longo Prazo		72.243.136,25	71.765.622,81
Operações de Crédito	5	69.506.645,70	68.683.643,74
Operações de Crédito		69.506.645,70	68.683.643,74
Outros Créditos	6	2.736.490,55	3.081.979,07
Diversos		2.736.490,55	3.081.979,07
Permanente		13.977.588,43	12.057.757,59
Investimentos	8	8.415.735,20	7.526.728,59
Participações em Cooperativas		8.270.100,71	7.381.094,10
Outros Investimentos		145.634,49	145.634,49
Imobilizado de Uso	9	5.561.853,23	4.531.029,00
Imóveis de Uso		1.860.973,46	1.860.973,46
Outras Imobilizações de Uso		9.218.665,21	7.580.361,42
(Depreciações Acumuladas)		(5.517.785,44)	(4.910.305,88)
Intangível		-	-
Ativos Intangíveis		3.226,00	3.226,00
(Amortização Acumulada)		(3.226,00)	(3.226,00)
TOTAL DO ATIVO		298.823.185,33	266.258.182,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

EM REAIS

PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		230.006.519,28	195.042.565,88
Depósitos	10	195.435.474,78	172.432.657,71
Depósitos à Vista		61.518.849,12	48.208.732,78
Depósitos a Prazo		133.916.625,66	124.223.924,93

BALANÇO PATRIMONIAL 2018

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA • SICOOB CREDIRIODOCE



PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11	5.128.586,52	3.032.875,98
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares		5.128.586,52	3.032.875,98
Relações Interfinanceiras		21.719.581,96	11.395.248,81
Repasse Interfinanceiros	12	21.719.118,91	11.394.951,17
Correspondentes		463,05	297,64
Relações Interdependências	13	795.738,56	2.252.937,49
Recursos em Trânsito de Terceiros		795.738,56	2.252.937,49
Outras Obrigações	14	6.927.137,46	5.928.845,89
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		52.389,63	77.297,41
Sociais e Estatutárias		2.454.412,15	1.886.397,48
Fiscais e Previdenciárias		698.659,25	680.253,59
Diversas		3.721.676,43	3.284.897,41
Exigível a Longo Prazo		16.582.803,45	22.726.066,21
Relações Interfinanceiras	12	13.976.455,53	19.882.890,84
Repasse Interfinanceiros		13.976.455,53	19.882.890,84
Outras Obrigações	14	2.606.347,92	2.843.175,37
Diversas		2.606.347,92	2.843.175,37
Patrimônio Líquido	16	52.233.862,60	48.489.550,71
Capital Social		35.174.432,38	35.660.433,30
De Domiciliados no País		35.550.968,52	36.180.469,41
(Capital a Realizar)		(376.536,14)	(520.036,11)
Reserva de Sobras		16.119.360,71	11.421.114,78
Sobras Acumuladas		940.069,51	1.408.002,63
TOTAL DO PASSIVO		298.823.185,33	266.258.182,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

EM REAIS

	Nota	2º Sem. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		14.184.769,47	28.316.524,88	31.653.210,46
Operações de Crédito		14.184.769,47	28.316.524,88	31.653.210,46
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(8.697.438,04)	(14.768.431,89)	(24.935.450,85)
Operações de Captação no Mercado		(4.489.466,60)	(8.485.740,24)	(13.011.394,78)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(1.320.296,77)	(2.588.744,21)	(2.377.806,59)
Provisão para Operações de Créditos		(2.887.674,67)	(3.693.947,44)	(9.546.249,48)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		5.487.331,43	13.548.092,99	6.717.759,61
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais		(3.537.541,45)	(6.379.644,85)	(3.850.541,15)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.620.701,45	5.057.961,80	4.090.173,91
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		2.895.583,26	5.568.565,44	5.079.630,07
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(7.339.854,80)	(14.439.177,52)	(14.443.484,21)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(6.079.077,15)	(12.087.695,31)	(11.057.037,78)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(220.643,49)	(430.107,22)	(353.105,40)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.510.186,51	8.352.609,53	11.865.480,78
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	19	2.960.621,80	5.562.648,62	3.786.306,06
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	20	(2.885.059,03)	(3.964.450,19)	(2.818.504,58)
Resultado Operacional		1.949.789,98	7.168.448,14	2.867.218,46
Resultado Não Operacional	21	(139.224,99)	(109.969,89)	(213.754,15)
Resultado Antes da Tributação/Participações		1.810.564,99	7.058.478,25	2.653.464,31
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(172.751,88)	(407.007,25)	(283.229,11)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(124.585,70)	(290.989,51)	(204.077,30)
Participação no Lucro (Sobra)		(556.061,53)	(556.061,53)	-
Sobras / Perdas antes das Destinações		957.165,88	5.804.419,96	2.166.157,90
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	16d	-	(3.760.278,06)	(758.155,27)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	(470.034,76)	(108.307,90)
Reserva Legal		-	(3.290.243,30)	(649.847,37)
Sobras / Perdas antes dos Juros ao Capital		957.165,88	2.044.141,90	1.408.002,63
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		547.632,76	1.104.072,39	-
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		409.533,12	940.069,51	1.408.002,63

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

EM REAIS

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldos em 31/12/2016	38.365.541,69	(505.951,57)	9.854.418,60	1.831.471,34	49.545.480,06
Destinação de Sobras Exercício Anterior	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	916.848,81	(916.848,81)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(522.721,93)	(522.721,93)
Ao Capital	387.828,41	-	-	(387.828,41)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(4.072,19)	(4.072,19)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	2.030.999,16	(14.084,54)	-	-	2.016.914,62
Por Devolução (-)	(4.602.243,21)	-	-	-	(4.602.243,21)
Estorno Capital Subscrito	(1.656,64)	-	-	-	(1.656,64)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.166.157,90	2.166.157,90
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	-	649.847,37	(649.847,37)	-
. FATES	-	-	-	(108.307,90)	(108.307,90)
Saldos em 31/12/2017	36.180.469,41	(520.036,11)	11.421.114,78	1.408.002,63	48.489.550,71

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldos em 31/12/2017	36.180.469,41	(520.036,11)	11.421.114,78	1.408.002,63	48.489.550,71
Destinação de Sobras Exercício Anterior	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	1.408.002,63	(1.408.002,63)	-
Movimentação de Capital	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.303.180,29	143.499,97	-	-	1.446.680,26
Por Devolução (-)	(3.003.908,88)	-	-	-	(3.003.908,88)
Estorno Capital Subscrito	(135,00)	-	-	-	(135,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	5.804.419,96	5.804.419,96
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.104.072,39)	(1.104.072,39)
Integralização de Juros ao Capital	1.074.378,65	-	-	-	1.074.378,65
IRRF Sobre Juros ao Capital	(3.015,95)	-	-	-	(3.015,95)
Destinação das Sobras ou Perdas:	-	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	-	3.290.243,30	(3.290.243,30)	-
. FATES	-	-	-	(470.034,76)	(470.034,76)
Saldos em 31/12/2018	35.550.968,52	(376.536,14)	16.119.360,71	940.069,51	52.233.862,60
Saldos em 30/06/2018	35.100.678,05	(445.093,41)	12.829.117,41	4.290.814,45	51.775.516,50
Movimentação de Capital	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	614.196,37	68.557,27	-	-	682.753,64
Por Devolução (-)	(1.235.133,60)	-	-	-	(1.235.133,60)
Estorno Capital Subscrito	(135,00)	-	-	-	(135,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	957.165,88	957.165,88
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(547.632,76)	(547.632,76)
Integralização de Juros ao Capital	1.074.378,65	-	-	-	1.074.378,65
IRRF Sobre Juros ao Capital	(3.015,95)	-	-	-	(3.015,95)
Destinação das Sobras ou Perdas	-	-	-	-	-
. Fundo de Reserva	-	-	3.290.243,30	(3.290.243,30)	-
. FATES	-	-	-	(470.034,76)	(470.034,76)
Saldos em 31/12/2018	35.550.968,52	(376.536,14)	16.119.360,71	940.069,51	52.233.862,60

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

EM REAIS

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	1.810.564,99	7.058.478,25	2.653.464,31
IRPJ / CSLL	(297.337,58)	(697.996,76)	(487.306,41)
Provisão para Operações de Crédito	1.487.028,91	(90.102,72)	5.371.769,83
Depreciações e Amortizações	394.575,49	781.878,74	712.246,51
Participação dos Funcionários nos Lucros	(556.061,53)	(556.061,53)	-
Provisão de Juros ao Capital	(547.632,76)	(1.104.072,39)	-
Baixa/ajustes no Imobilizado	448,93	448,93	6.283,98
	2.291.586,45	5.392.572,52	8.256.458,22
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(2.431.742,82)	(5.202.260,78)	(6.955.422,87)
Outros Créditos	125.500,80	319.080,29	201.346,67
Outros Valores e Bens	(1.310.522,03)	(1.335.121,23)	(891.686,29)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	3.146.105,06	13.310.116,34	6.677.163,29
Depósitos sob Aviso	(15.574,41)	(48.509,91)	(1.492,66)
Depósitos a Prazo	8.030.145,12	9.741.210,64	(6.617.576,24)
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares	3.432.454,39	2.095.710,54	3.007.306,86
Outras Obrigações	(559.992,99)	761.464,12	2.461.877,71
Relações Interdependências	(1.120.346,49)	(1.457.198,93)	734.841,62
Relações Interfinanceiras	302.849,19	4.417.897,84	(1.534.319,39)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	11.890.462,27	27.994.961,44	5.338.496,92
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	-	-	81,55
Inversões em Imobilizado de Uso	(500.773,41)	(1.813.151,90)	(1.339.417,12)
Inversões em Investimentos	(553.581,36)	(889.006,61)	(321.477,24)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.054.354,77)	(2.702.158,51)	(1.660.812,81)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	682.753,64	1.446.680,26	2.016.914,62
Devolução de Capital a Cooperados	(1.235.133,60)	(3.003.908,88)	(4.602.243,21)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	-	(4.072,19)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	-	(522.721,93)
Integralização de Juros ao Capital	1.074.378,65	1.074.378,65	-
IRRF sobre Juros ao Capital	(3.015,95)	(3.015,95)	-
FATES Sobras Exercício	(470.034,76)	(470.034,76)	(108.307,90)
Estorno Capital Subscrito	(135,00)	(135,00)	(1.656,64)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	48.812,98	(956.035,68)	(3.222.087,25)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	10.884.920,48	24.336.767,25	455.596,86
Modificações em Disponibilidades Líquidas			
No Início do Período	130.927.725,90	117.475.879,13	117.020.282,27
No Fim do Período	141.812.646,38	141.812.646,38	117.475.879,13
Varição Líquida das Disponibilidades	10.884.920,48	24.336.767,25	455.596,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, EXCETO QUANDO ESPECIFICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/10/1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIRIODOCE, além de sua sede no centro de Governador Valadares (MG), possui mais 18 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO FÉLIX DE MINAS - MG, FREI INOCÊNCIO - MG, ITABIRINHA - MG, JAMPURCA - MG, PESCADOR - MG, MARILAC - MG, MANTENA - MG, FERNANDES TOURINHO - MG, SANTA EFIGENIA DE MINAS - MG, DIVINOLÂNDIA DE MINAS - MG, SARDOÁ - MG, DIVINO DAS LARANJEIRAS - MG, CAPITÃO ANDRADE - MG, VIRGINÓPOLIS - MG, SÃO JOÃO DO MANTENINHA - MG, GONZAGA - MG e outras duas agências em GOVERNADOR VALADARES - MG, localizadas nos bairros Jardim Pérola e São Paulo (Avenida JK).

O SICOOB CREDIRIODOCE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/02/2019.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	2.133.560,27	1.388.698,74
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	139.679.086,11	116.087.180,39
Total	141.812.646,38	117.475.879,13

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB Central Crediminas conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	98.818,84		98.818,84	223.148,66
Cheque Especial / Conta Garantida	4.669.543,45		4.669.543,45	4.965.025,90
Empréstimos	36.473.496,79	47.905.508,21	84.379.005,00	86.345.840,98
Financiamentos	3.229.450,58	7.107.987,95	10.337.438,53	5.788.012,19
Títulos Descontados	6.983.455,92	121.014,72	7.104.470,64	6.526.668,84
Financiamentos Rurais	23.538.977,17	14.372.134,82	37.911.111,99	35.449.431,10
(-) Provisão Perda com Operações Crédito	(10.782.072,95)	-	(10.782.072,95)	(10.872.175,67)
Total	64.211.669,80	69.506.645,70	133.718.315,50	128.425.952,00

Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	-	Normal	3.423.752,13	-
A	0,5%	Normal	29.802.947,29	(149.014,77)
B	1%	Normal	68.284.666,54	(682.846,80)
B	1%	Vencidas	3.547.745,83	(35.477,47)
C	3%	Normal	17.205.963,44	(516.179,00)
C	3%	Vencidas	1.200.161,80	(36.004,86)
D	10%	Normal	2.822.785,46	(282.278,60)
D	10%	Vencidas	408.929,63	(40.892,97)
E	30%	Normal	5.784.179,92	(1.735.254,31)
E	30%	Vencidas	811.238,01	(243.371,45)
F	50%	Normal	7.903.648,45	(3.951.824,99)
F	50%	Vencidas	162.735,92	(81.367,98)
G	70%	Normal	174.840,15	(122.388,13)
G	70%	Vencidas	205.407,58	(143.785,33)
H	100%	Normal	434.711,85	(434.711,85)
H	100%	Vencidas	2.326.674,45	(2.326.674,45)
Total Normal	135.837.495,23	(7.874.498,44)	130.448.285,79	(6.189.837,24)
Total Vencido	8.662.893,22	(2.907.574,51)	8.849.841,88	(4.682.338,43)
Total Geral	144.500.388,45	(10.782.072,95)	139.298.127,67	(10.872.175,67)
Provisões	(10.782.072,95)	-	(10.872.175,67)	-
Total Líquido	133.718.315,50	-	128.425.952,00	-

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	13.562.200,11	22.911.296,68	47.905.508,21	84.379.005,00
Títulos Descontados	-	5.676.386,72	1.307.069,20	121.014,72	7.104.470,64
Financiamentos	-	838.558,15	2.390.892,43	7.107.987,95	10.337.438,53
Financiamentos Rurais	-	4.963.139,71	18.575.837,46	14.372.134,82	37.911.111,99
Adiantamento Depositante	98.818,84	-	-	-	98.818,84
Cheque Especial e C/G	4.669.543,45	-	-	-	4.669.543,45
Total	4.768.362,29	25.040.284,69	45.185.095,77	69.506.645,70	144.500.388,45

c) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Priv./ Comércio	1.768.785,17	38.951.576,16	3.147.699,53	-	43.868.060,86	30%
Setor Priv./ Indústria	56.869,30	5.071.132,50	243.545,07	-	5.371.546,87	4%
Setor Priv./ Serviços	771.851,00	13.116.671,75	372.671,60	101.901,55	14.363.095,90	10%
Pessoa Física	2.037.033,58	35.739.751,71	3.340.554,44	37.709.576,44	78.826.916,17	55%
Outros	133.823,24	1.837.311,41	-	99.634,00	2.070.768,65	1%
Total	4.768.362,29	94.716.443,53	7.104.470,64	37.911.111,99	144.500.388,45	100%

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	10.872.175,67	5.500.405,84
Constituições/Reversões no período	3.818.862,98	9.481.872,32
Transferência para Prejuízo no período	(3.908.965,70)	(4.110.102,49)
Total	10.782.072,95	10.872.175,67

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil - BCB.

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	5.902.178,53	4%	4.851.278,54	3%
10 Maiores Devedores	36.181.576,45	23%	34.235.079,28	24%
50 Maiores Devedores	60.911.640,66	39%	60.433.326,37	43%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	10.113.841,42	7.543.769,51
Valor das operações transferidas no período	3.908.965,70	4.110.102,49
Valor das operações recuperadas no período	(1.166.980,36)	(1.277.927,63)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(397.358,10)	(262.102,95)
Total	12.458.468,66	10.113.841,42

g) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a depositantes	202.268,19	281.608,72
Rendas de Empréstimos	20.817.433,91	23.159.476,56
Rendas de Títulos Descontados	1.528.744,87	2.161.132,10
Rendas de Financiamentos	1.392.643,98	1.176.376,36
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	3.195.747,34	3.201.684,34
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.175.308,66	1.663.894,55
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honorados	4.377,93	9.037,83
Total de Operações de Crédito	28.316.524,88	31.653.210,46

6. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honorados	425.839,50	570.918,25
Rendas a Receber (a)	764.160,53	673.260,41
Devedores por Depósito e Garantia (b)	2.736.490,55	3.081.979,07
Títulos e Créditos a Receber (c)	315.517,11	425.521,35
Devedores Diversos (d)	433.349,80	373.267,82
(-) Provisão para Outros Créditos (e)	(267.444,47)	(397.953,59)
Total	4.407.913,02	4.726.993,31

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$719.731,64) e outras (R\$44.428,89);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Recursos Fiscais (R\$39.924,81), PIS sobre Atos Cooperativos (R\$22.083,14), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$1.428.029,01), PIS sobre Folha de Pagamento (R\$817.269,57), Recursos Trabalhistas (R\$413.760,76) e outros (R\$15.423,26);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$315.517,11);

(d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamento de férias aos colaboradores (R\$56.076,91), adiantamentos por conta de imobilizações (R\$54.149,98), pendências a regularizar (R\$6.436,86), plano de saúde a receber (R\$211.415,62), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$41.080,94), recuperação de perdas (R\$36.291,36) e outros (R\$27.898,13).

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E 30%	172.859,00	(51.857,70)	183.314,53	(54.994,37)
F 50%	36.625,14	(18.312,60)	57.334,42	(28.667,26)
G 70%	63.603,98	(44.522,79)	53.257,80	(37.280,46)
H 100%	152.751,38	(152.751,38)	277.011,50	(277.011,50)
Total Geral	425.839,50	(267.444,47)	570.918,25	(397.953,59)
Provisões	(267.444,47)		(397.953,59)	
Total Líquido	158.395,03		172.964,66	

7. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio	4.834.649,94	3.386.736,93
Material em Estoque	19.658,62	18.638,38
(Provisões para Desvalorizações)	(175.800,00)	(50.000,00)
Despesas Antecipadas	228.213,44	216.225,46
Total	4.906.722,00	3.571.600,77

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 4.834.649,94, referente a bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 228.213,44, referentes a prêmios de seguros, processamento de dados, vale alimentação de empregados e contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores - FRV.

8. INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CREDIMINAS e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	8.270.100,71	7.381.094,10
Participações em instituição financeira controlada cooperativa de crédito	136.893,49	136.893,49
Outros Investimentos	8.741,00	8.741,00
Total	8.415.735,20	7.526.728,59

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizações em Curso	(*)	1.407.906,36	105.232,82
Terrenos	-	273.736,96	273.736,96
Edificações	4%	1.587.236,50	1.587.236,50
Móveis e Equipamentos	10%	4.362.551,11	4.019.260,81
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.462.888,56	2.531.440,02
Sistemas de Comunicação	10%	241.416,40	233.374,73
Sistema de Transportes	20%	261.068,09	261.068,09
Sistema de Segurança	10%	482.834,69	429.984,95
TOTAL		11.079.638,67	9.441.334,88
Depreciação acumulada		(5.517.785,44)	(4.910.305,88)
TOTAL		5.561.853,23	4.531.029,00

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

10. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados denominados de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	61.518.849,12	48.208.732,78
Depósito Sob Aviso	828.446,04	876.955,95
Depósito a Prazo	133.088.179,62	123.346.968,98
Total	195.435.474,78	172.432.657,71

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	52.219,14	83.013,39
Despesas de Depósitos a Prazo	8.006.243,07	12.568.093,78
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	142.597,68	86.214,26
Despesas Contribuição ao Fundo Garantidor	284.680,35	274.073,35
Total Despesas com Captação no Mercado	8.485.740,24	13.011.394,78

11. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	5.128.586,52	3.032.875,98
Total	5.128.586,52	3.032.875,98

As letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Bancoob	Entre 1% a.a. e 9,5% a.a.	Diversos	35.452.388,54	31.086.223,30
Cooperativa Central	Entre 5,5% a.a. e 7% a.a.	Diversos	243.185,90	191.618,71
Total			35.695.574,44	31.277.842,01

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Bancoob	(2.573.450,63)	(2.374.636,09)
Cooperativa Central	(15.293,58)	(3.170,50)
Total	(2.588.744,21)	(2.377.806,59)

13. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	628.800,00	2.121.328,45
Concessionários de Serviços Públicos	140.720,06	105.380,91
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	26.218,50	26.228,13
Total	795.738,56	2.252.937,49

(a) Referem-se a ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52.389,63	77.297,41
Sociais e Estatutárias	2.454.412,15	1.886.397,48
Fiscais e Previdenciárias	698.659,25	680.253,59
Diversas	6.328.024,35	6.128.072,78
TOTAL	9.533.485,38	8.772.021,26

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	486.314,47	114.481,56
Cotas de capital a pagar (b)	1.925.450,27	1.771.915,92
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	3.714,43	-
Gratificações a Dirigentes	38.932,98	-
Total	2.454.412,15	1.886.397,48

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar(a)	162.310,70	160.705,82
Impostos e contribuições a recolher (b)	536.348,55	519.547,77
Total	698.659,25	680.253,59

(a) Refere-se a provisões IRPJ e CSLL, do 4º trimestre de 2018;

(b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento como FGTS, IRRF, INSS, ISSQN e Provisão PIS Folha de pagamento.

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques administrativos (a)	604,71	604,71
Despesas de Pessoal	1.418.957,46	1.304.180,68
Outras Despesas Administrativas (b)	525.218,90	606.606,49
Cheques Descontados (c)	41.049,74	30.403,36
Credores Diversos - País (d)	1.357.053,88	1.029.455,60
Provisão para Garantias Prestadas (e)	378.791,74	313.646,57
Provisão para Passivos Contingentes (f)	2.606.347,92	2.843.175,37
Total	6.328.024,35	6.128.072,78

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2018;

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R\$28.399,97), alugueis (R\$18.033,62), comunicações (R\$11.021,51), segurança e vigilância (R\$53.954,02), plano de saúde (R\$206.185,93), seguro prestamista (R\$110.354,67) e outras (R\$97.269,18);

(c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2018;

(d) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$748.168,55), diferenças de compensação a acertar com o BANCOOB (R\$430.157,99), valores a repassar ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS pela prestação de serviços (R\$109.121,51) e outros (R\$ 69.605,83);

(e) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2018, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2017. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA	100.188,61	-	164.924,04	-
A	7.327.948,42	(36.640,56)	6.044.803,69	(30.224,81)
B	6.462.576,45	(64.625,34)	7.546.116,93	(75.460,56)
C	1.638.845,47	(49.165,57)	1.085.000,22	(32.550,22)
D	371.506,33	(37.150,69)	186.284,85	(18.628,55)
E	143.829,35	(43.148,87)	15.010,92	(4.503,31)
F	50.653,24	(25.326,75)	23.173,21	(11.586,66)
G	25.868,69	(18.108,10)	14.196,20	(9.937,34)
H	104.625,86	(104.625,86)	130.755,12	(130.755,12)
Total	16.226.042,42	(378.791,74)	15.210.265,18	(313.646,57)

(f) Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDIRIODOCE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	35.174.432,38	35.660.433,30
Associados	18.859	18.917

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 70%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07 de abril de 2018, os cooperados deliberaram pela destinação de 100% das sobras líquidas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para o Fundo de Reserva, no valor de R\$1.408.002,63.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	4.700.347,57	2.166.157,90
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	4.700.347,57	2.166.157,90
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 30% em 2017 e 50% em 2016	(3.290.243,30)	(649.847,37)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%.	(470.034,76)	(108.307,90)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	940.069,51	1.408.002,63

A Reserva Legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

17. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	4.768.820,71	3.680.663,42
Despesas específicas de atos não cooperativos	(793.944,22)	(654.583,82)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.318.339,77)	(1.656.721,11)
Resultado operacional	1.656.536,72	1.369.358,49
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	15.830,11	(68.754,15)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.672.366,83	1.300.604,34
Imposto de renda e contribuição social	(698.131,54)	(487.306,41)
Receitas de operações com associados	(1.288.479,88)	(1.050.879,12)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(314.244,59)	(237.581,19)

18. PAGAMENTO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

19. OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	263.796,47	421.648,50
Reversão de Outras Provisões Operacionais	462.576,64	5.500,00
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	132.833,37	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	15.444,85	71.464,31
Juros ao Capital	392.849,73	-
Atualização de Depósitos Judiciais	58.484,93	101.951,22
Rendas de Cartões	3.650.669,55	2.578.827,19
Dividendos	33.904,27	36.787,44
Distribuição de Sobras da Central	461.376,26	538.569,70
Outras Rendas Operacionais	90.712,55	31.557,70
Total	5.562.648,62	3.786.306,06

20. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(125.851,53)	(88.856,43)
Despesas de Descontos Concedidos	(729.567,92)	(399.250,72)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(957.147,23)	(766.634,97)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(5.685,39)	(7.898,25)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(43.891,75)	(39.102,71)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(5.493,75)	(12.860,10)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(2.360,25)	(5.883,09)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(265.900,21)	(299.929,10)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outras Despesas Operacionais	(1.272.027,63)	(598.391,66)
Garantias Financeiras Prestadas	(197.978,54)	(155.525,66)
Contingências	(358.545,99)	(444.171,89)
Total	(3.964.450,19)	(2.818.504,58)

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	207.133,24	168,45
Ganhos de Capital	38.969,71	81.437,92
Outras Rendas não Operacionais	15.545,90	24.777,00
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(3.186,00)
(-) Perdas de Capital	(39.198,97)	(52.396,12)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(125.800,00)	(145.000,00)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(206.619,77)	(119.555,40)
Resultado Líquido	(109.969,89)	(213.754,15)

22. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS NO EXERCÍCIO DE 2018

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.974.695,24	0,71%	13.941,45
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	484.534,84	0,17%	1.736,65
TOTAL	2.459.230,08	0,88%	15.678,10
Montante das Operações Passivas	3.448.280,63	1,79%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	11.966,37	110,60	1%
Conta Garantida	20,43	0,20	0%
Crédito Rural	865.739,19	8.042,34	2%
Empréstimo	780.783,15	7.681,15	1%
Financiamento	94.394,34	943,94	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	688.275,83	1,13%	0%
Depósitos a Prazo	752.912,95	0,54%	0,46%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDIRIODOCE.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018

Empréstimos e Financiamentos	1,18%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,07%
Credito Rural (modalidades)	0,37%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária:

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	804.446,19
Empréstimos e Financiamentos	2.474.558,72
Títulos Descontados	10.715,49

No exercício de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício de 2018	
Descrição	31/12/2018
Honorários – Presidente do Conselho de Administração e Diretoria	690.013,11
Gratificações	155.502,37
Conselheiros de Administração	230.584,49
FGTS - Presidente do Conselho de Administração e Diretoria	67.402,44
INSS - Presidente do Conselho de Administração, Diretoria e demais conselheiros de administração e fiscal (parte empresa)	240.294,84
Plano de Saúde	8.847,65
Total	1.392.644,90

23. COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

O SICOOB CREDIRIODOCE em conjunto com outras cooperativas singulares é filiado à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIRIODOCE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	139.679.086,11	116.087.180,39
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)	8.270.100,71	7.381.094,10
Passivo circulante e não circulante - Relações interfinanceiras (nota 12)	243.185,90	191.618,71

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 22 de agosto de 2018, com opinião sem modificação.

24. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por cobrificações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 16.139.563,68 (31/12/2017 - R\$ 15.117.556,23), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

26. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização em 31 de dezembro de 2018.

28. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	22.083,14	22.083,14	21.729,75	21.729,75
PIS FOLHA	827.951,99	817.269,57	717.073,02	708.829,39
COFINS	1.428.029,01	1.428.029,01	1.425.650,97	1.425.650,97
Trabalhistas	59.612,61	413.760,76	418.389,65	886.941,18
Outras contingências	268.671,17	55.348,07	260.331,98	38.827,78
Total	2.606.347,92	2.736.490,55	2.843.175,37	3.081.979,07

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIRIODOCE, existem 30 processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$4.145.130,81 (Quatro milhões, cento e quarenta e cinco mil, cento e trinta reais e oitenta um centavo).

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 87.135,48.

Governador Valadares (MG), 06 de fevereiro de 2019.

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. - SICOOB CREDIRIODOCE

Cantídio Carlos França Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Décio Chaves Rodrigues
Vice Presidente do Conselho de Administração

Fernando Luiz Monteiro
Conselheiro de Administração

Geraldo Antônio Birro Costa
Conselheiro de Administração

José Geraldo Pedra Sá
Conselheiro de Administração

Paulo Roberto Fontes
Conselheiro de Administração

Euler Fernandes Júnior
Diretor Executivo

Silas Dias Costa Júnior
Diretor Executivo

Daniela Fonseca Cordeiro
Contadora CRC MG 089.952

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração, Delegados e Associados da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE. Governador Valadares - Minas Gerais.

Prezados Senhores,

Na condição de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinamos o balanço patrimonial, as demonstrações das sobras e perdas e demais demonstrações contábeis normatizados pela legislação vigente e o relatório da diretoria relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Baseados nos exames efetuados, no relatório e parecer da Auditoria Externa, de responsabilidade da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, entendemos que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira desta cooperativa em 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis definidas pela legislação brasileira e assim, pugnamos pela aprovação das contas apresentadas pelos senhores Delegados.

Governador Valadares - MG, 07 de fevereiro de 2019.

Emília Márcia França de L. Machado
Coordenadora do Conselho Fiscal

Sonia Maria Augusta de A. Miranda
Secretária do Conselho Fiscal

Maria Geralda de Araújo
Conselheira Fiscal

REALATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - Sicoob Crediriodoce Governador Valadares / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Poupança e Crédito do Vale do Rio Doce Ltda. - Sicoob Crediriodoce, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediriodoce em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas

operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 06 de fevereiro de 2019.



Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/0
CNAI 3.750

**DIGITAL E COOPERATIVO.
FAÇA PARTE DE UM MUNDO ASSIM.
BAIXE O APLICATIVO SICOOB FAÇA PARTE, ESCOLHA A
CREDIRIODOCE E VENHA PARA UM MUNDO ONDE VOCE É
ESSENCIAL.**

